CPC – COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.C.R.L.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2009

CPC – COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.C.R.L.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2009

<u>ÍNDICE</u>	<u>PÁGINAS</u>
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	1 – 2
BALANÇO	3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8 – 44

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos sócios da

CPC – COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.C.R.L.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CPC – COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.C.R.L.**, que compreendem o Balanço relativo a 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um activo total de 690.954.915 Meticais e fundos próprios no montante de 179.098.421 Meticais, incluindo um resultado líquido de 23.498.843 Meticais), a Demonstração de resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração de alteração nos fundos próprios, referentes ao ano então findo e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui: concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro; selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas; e de fazer estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela gerência, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **CPC – Cooperativa de Poupança e Crédito, S.C.R.L.** em 31 de Dezembro de 2009, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Maputo, 19 de Março de 2010

ERNST & YOUNG, LDA

CPC - COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.C.R.L.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Meticals)

		2009	2008
	Notas	2009	Reexpresso
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	58.163.872	83.515.796
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4	24.945	25.005
Aplicações em instituições de crédito	5	89.000.000	116.057.503
Créditos sobre clientes	6	349.256.856	324.645.420
Activos financeiros detidos até à maturidade	7	155.847.428	198.113.719
Impostos a recuperar	14.3	22.758.577	17.109.025
Activos tangíveis	8	5.123.102	8.551.527
Activos intangíveis	9	7.170.666	3.392.071
Outros activos	10	3.609.469	4.156.407
		690.954.915	755.566.473
PASSIVO			
Depósitos e contas correntes	11	486.850.942	356.186.251
Credores por recursos consignados	12	-	228.938.299
Outros passivos	13	25.005.552	25.837.581
		511.856.494	610.962.131
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital social	15	90.798.300	77.128.400
Prémio de emissão	16	9.697.940	-
Reserva legal	17	36.659.343	33.362.819
Outras reservas	17	18.443.995	18.443.095
Resultado líquido do exercício		23.498.843	15.670.028
		179.098.421	144.604.342
		690.954.915	755.566.473

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

CPC - COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.C.R.L.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Meticais)

			2008
	Notas	2009	Reexpresso
Juros e rendimentos equiparados	18	96.472.690	144.221.900
Juros e gastos equiparados	19	(50.212.153)	(102.580.885)
Margem financeira		46.260.537	41.641.015
Rendimentos de taxas e comissões	20	15.122.260	9.620.913
Gastos com taxas e comissões	20	(180.724)	(162.097)
Rendimentos líquidos de taxas e comissões		14.941.536	9.458.816
Resultados em operações financeiras		14.788	(56.374)
Outros rendimentos operacionais	21	1.141.514	402.532
Rendimentos operacionais		62.358.375	51.445.989
Gasto de imparidade de crédito	6	(403.162)	(710.640)
Rendimentos operacionais líquidos		61.955.213	50.735.349
Gastos com o pessoal	22	14.630.880	12.370.070
Fornecimentos e serviços de terceiros	23	17.744.000	15.322.046
Outros gastos operacionais	24	62	1.300.039
Depreciações do exercício	8	2.814.076	3.369.964
Amortizações do exercício	9	3.267.352	2.703.202
Gastos operacionais		38.456.370	35.065.321
Resultado antes de imposto		23.498.843	15.670.028
Gasto de imposto	14	-	-
Resultado líquido do exercício		23.498.843	15.670.028

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

CPC - COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.C.R.L.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Meticais)

	2009	2008 Reexpresso
Resultado líquido do exercício	23.498.843	15.670.028
Ganhos e perdas resultantes de transacções não relacionadas com os sócios reconhecidos nos capitais próprios	-	-
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	<u>23.498.843</u>	<u>15.670.028</u>

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

CPC - COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.C.R.L.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Meticais)

		2008
	Notas	Reexpresso
Actividades operacionais:		
Resultado líquido do exercício		23.498.843
Ajustamentos:		
Amortizações do exercício	9	3.267.352
Depreciações do exercício	8	2.814.076
Imparidade de crédito	6	403.162
Aumento do crédito concedido	6	(25.014.598)
Diminuição de outros activos	10	546.938
Aumento de depósitos e contas correntes	11	130.664.691
Diminuição de credores por recursos consignados	12	(228.938.299)
Aumento de outros passivos	13	23.549.365
Pagamento de prémios de desempenho a colaboradores	13	(812.594)
Imposto pago	14.3	(5.649.552)
		(75.670.616)
Fluxos de caixa de actividade de investimento		
Diminuição dos activos financeiros detidos até à maturidade	7	42.266.291
Aquisição de activos tangíveis	8	(108.566)
Aquisição de activos intangíveis	9	(7.045.947)
Alienação de activos tangíveis	8	722.915
		35.834.693
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Realização do capital social	15	300
Recebimentos dos sócios (jóias)	17	900
Diminuição do capital	15	(184.400)
Pagamento de dividendos		(12.373.504)
Contribuição dos accionistas para aumento do capital	13	-
Devolução da contribuição dos accionistas	13	(17.000)
Prémio de emissão pela entrada de novos sócios	16	140
		(12.573.564)
Total de fundos gerados		(52.409.487)
Caixa e seus equivalentes no início do período		199.598.304
Caixa e fundos de curto prazo no fim do período	29	147.188.817

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

CPC - COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.C.R.L.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Meticais)

	Capital social	Prémio de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	74.009.100	-	27.027.362	18.631.988	30.251.015	149.919.465
Dividendos de 2007	-	-	-	-	(20.973.251)	(20.973.251)
Transferência para reserva legal	-	-	6.335.457	-	(6.335.457)	-
Aumento de capital	3.169.600	-	-	-	(3.169.600)	-
Admissão de novos accionistas	9.800	-	-	38.400	-	48.200
Saída de accionistas	(60.100)	-	-	-	-	(60.100)
Transferência para outras reservas	-	-	-	(227.293)	227.293	-
Resultado líquido do exercício (Reexpresso)	-	-	-	-	15.670.028	15.670.028
Saldo em 31 de Dezembro de 2008 (Reexpresso)	77.128.400	-	33.362.819	18.443.095	15.670.028	144.604.342
Dividendos de 2008	-	-	-	-	(12.373.504)	(12.373.504)
Transferência para reserva legal	-	-	3.296.524	-	(3.296.524)	-
Aumento de capital	13.854.000	9.697.940	-	-	-	23.551.940
Admissão de novos accionistas	300	-	-	900	-	1.200
Saída de accionistas	(184.400)	-	-	-	-	(184.400)
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	23.498.843	23.498.843
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	90.798.300	9.697.940	36.659.343	18.443.995	23.498.843	179.098.421

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

1. CONSTITUIÇÃO, E ACTIVIDADE

1.1 Constituição

A **CPC – Cooperativa de Poupança e Crédito, S.C.R.L.**, é uma sociedade cooperativa (sob a forma de sociedade anónima) de responsabilidade limitada, constituída em 1999 por tempo indeterminado, tem a sua Sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável. A actividade operacional da Cooperativa foi iniciada a partir de 10 de Abril de 2000.

1.2 Actividade

A **CPC – Cooperativa de Poupança e Crédito, S.C.R.L.**, tem por objecto social o exercício da actividade bancária restrita, na amplitude permitida por lei, em benefício dos sócios e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimentos referentes a títulos ou outros valores.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CPC são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As NIRF incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, excepto nas situações abaixo identificadas, por força da aplicação das normas, e com base no princípio da continuidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF exige a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação das políticas contabilísticas, estando as principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas descritas na nota 2.2.

As demonstrações financeiras anexas estão expressas em Meticais e são idênticas às que foram preparadas pela CPC a partir dos seus registos contabilísticos as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em acta datada de 4 de Fevereiro de 2010 e que serão submetidas à aprovação da Assembleia-geral de accionistas, no dia 17 de Abril de 2010.

2.2 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As NIRF estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela CPC na preparação das demonstrações financeiras em referência a 31 de Dezembro de 2009 são analisadas como segue:

Imparidade de empréstimos e contas a receber

A CPC reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a CPC efectua uma análise de imparidade colectiva da carteira de crédito para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face ao momento em que foram inicialmente reconhecidos.

A CPC considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela CPC com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da CPC sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.3 Demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, apresentadas para efeitos comparativos, incluem a reexpressão relativa à inclusão, nos resultados do exercício de 2008, da estimativa para o prémio de produtividade a pagar aos colaboradores, no montante de 812.594 Meticais.

Assim, as rubricas de Outros passivos e de Gastos com o pessoal foram acrescidas naquele montante.

2.4 Resumo das principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas que foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da CPC são as seguintes:

a) Operações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela CPC nas suas operações e demonstrações financeiras.

As operações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da transacção. À data do balanço os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa média divulgada pelo Banco de Moçambique, sendo as diferenças cambiais não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados no período a que dizem respeito.

b) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Momento do reconhecimento

As aquisições ou vendas de activos financeiros que requerem a entrega de activos dentro do tempo estabelecido por convenção ou regulamentação do mercado, são reconhecidos no momento da negociação, i.e. na data em que a CPC se compromete a comprar ou vender o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando a CPC se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende do objectivo da sua aquisição e das suas características. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor mais, no caso de instrumentos financeiros pelo justo valor não reconhecidos através de resultados, quaisquer custos adicionais directamente relacionados com a aquisição ou emissão.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrem transacções de forma regular.

iii) Investimentos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido para os quais a CPC tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, tomando em consideração qualquer desconto ou prémio de aquisição e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva, deduzido de reembolsos de capital efectuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, o qual permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período da operação financeira. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iv) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, e maturidade fixa, não cotados em mercados activos. Os empréstimos e contas a receber abrangem os créditos concedidos pela CPC a clientes e a instituições de crédito que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No reconhecimento inicial os empréstimos e contas a receber são registados pelo seu justo valor e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

v) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial os passivos financeiros são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

c) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A CPC deixa de reconhecer activos financeiros quando:

- i. Os direitos contratuais aos fluxos de caixa associados ao activo tenham expirado;
- ii. A CPC tenha transferido os direitos contratuais aos fluxos de caixa decorrentes do activo bem como tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens do activo, ou o controlo do activo não tendo, no entanto, transferido todos os riscos e vantagens associados ao activo.

Um passivo financeiro deixa de ser reconhecido quando a respectiva obrigação for satisfeita, cancelada ou expirar.

d) Determinação do justo valor

O justo valor para instrumentos financeiros negociados em mercados activos na data do balanço são baseados no preço do mercado cotado ou preço de citação do negociante (preço de leilão para posição longa e preço requerido para posição curta), sem nenhuma dedução de custos de transacção. Para todos os instrumentos financeiros para os quais não existe um mercado activo, o seu justo valor é determinado usando técnicas apropriadas de avaliação. A CPC não possui instrumentos financeiros cuja mensuração subsequente seja ao justo valor.

e) Imparidade de activos financeiros

A CPC avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de perda de valor dos activos financeiros ou de um grupo de activos financeiros. Um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros são considerados estar em imparidade, caso haja evidência objectiva de perda de valor como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do bem (um evento de perda incorrida) e evento de perda (ou eventos) tenha um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros ou do grupo de activos financeiros que podem correctamente ser estimados.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está a passar por dificuldades financeiras significativas, incumprimento ou mora em pagamentos e juros, a probabilidade de que eles entrarão em falência ou reorganização financeira, e sempre que a informação disponível indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros, tais como em atraso, ou condições económicas que podem indicar incumprimento.

i. Empréstimos e adiantamentos aos clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são considerados líquidos das perdas de imparidade identificada e não identificada. O montante da perda é calculado como a diferença entre o montante do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

A CPC efectua regularmente análises de imparidade dos créditos e valores a receber. A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual para os créditos em que o montante de exposição é significativo, e numa base colectiva quanto aos activos homogéneos cujos saldos não sejam individualmente significativos.

De acordo com a NIC 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado. Segundo o estabelecido na NIC 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros:

- Incumprimento de cláusulas contratuais, como atrasos no pagamento dos juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Análise individual

Para os activos relativamente aos quais existe evidência objectiva de imparidade numa base individual, o cálculo da imparidade é efectuado mutuário a mutuário, tendo como referência a informação que consta da análise de risco de crédito da Cooperativa os quais consideram, entre outros, os seguintes factores:

- Exposição global do Cliente e natureza das responsabilidades contraídas junto da Cooperativa: operações financeiras ou não-financeiras (nomeadamente, responsabilidades de natureza comercial ou garantias de boa execução);
- Análise de risco do Cliente determinada através do acompanhamento regular da CPC a qual incorpora, entre outras, as seguintes características;

- Situação económico-financeira do Cliente:
 - qualidade da informação contabilística apresentada;
 - natureza e montante das garantias associadas às responsabilidades contraídas junto da CPC;
 - crédito em situação de incumprimento.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise. Considerando o tipo de garantia recebida nos créditos concedidos, o valor actual dos fluxos de caixa futuros corresponde ao montante segurado pela companhia seguradora.

Os activos avaliados individualmente e para os quais não foi reconhecida a perda por imparidade, foram avaliados colectivamente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente e para os quais foi reconhecida uma perda por imparidade são excluídos das análises colectivas.

Análise colectiva

Os fluxos de caixa futuros de grupos de crédito sujeitos a análise colectiva de imparidade são estimados com base nos dados históricos disponíveis acerca de perdas para activos com características de risco de crédito semelhante. Dada a ausência de informação histórica relevante, as perdas para activos com características de risco de crédito semelhante foram determinadas em função da qualidade média da carteira (dada pelo peso do crédito vencido sobre a carteira de crédito global) dos últimos três anos. O montante de imparidade apurado é reconhecido em resultados.

ii. Investimentos financeiros detidos até à maturidade

Para os investimentos financeiros detidos até à maturidade a CPC avalia individualmente se há indicadores de imparidade. Se for identificada evidência objectiva de que tenha ocorrido uma perda por imparidade, o montante da perda é calculado como a diferença entre o montante do activo financeiro escriturado nas demonstrações financeiras e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. O valor registado do activo é reduzido e o montante da perda é reconhecido na demonstração de resultados.

iii. Créditos renegociados

Sempre que possível, a CPC procura reestruturar empréstimos em vez de executar o activo colateral. Isto pode envolver a reestruturação do prazo de pagamento e o acordo de novas condições de empréstimos. Uma vez renegociadas as condições, a dívida deixa de ser considerada em mora. A gestão revê continuamente os empréstimos negociados para se certificar que são cumpridos todos os requisitos assegurando que os futuros pagamentos ocorram. Os empréstimos continuam, sendo sujeitos a testes de imparidade individuais ou colectivos, calculados com base na taxa original de juro efectiva do empréstimo.

f) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido reportado no balanço, sempre que existir uma obrigação legal para se proceder ao reconhecimento dos valores líquidos e haja uma intenção de pagar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar a dívida, em simultâneo.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados da demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com bancos centrais e com outras instituições de crédito e investimentos de curto prazo altamente líquidos.

h) Impostos sobre os lucros

Imposto corrente

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente passivo é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela CPC no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CPC. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Equipamentos	4 – 10
Veículos	4
Outros activos tangíveis	4 – 10

A CPC efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período do seu desreconhecimento.

j) Activos intangíveis

A CPC regista como activos intangíveis as despesas com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso próprio de aplicações informáticas (“software”). Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na NIC 38, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática, ao longo da vida útil estimada dos activos intangíveis que é de 3 anos. O período de depreciação e o método de depreciação dos activos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período. Alterações na vida útil esperada são registadas como alterações de estimativa.

As despesas com manutenção de aplicações informáticas são contabilizadas como gasto no exercício em que são incorridas.

k) Imparidade de activos não financeiros

A CPC avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a CPC estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a CPC reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a CPC estima a quantia recuperável do activo e reverte perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

l) Provisões e passivos contingentes

A CPC constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

m) Reconhecimento de rendimentos e gastos

O rédito é reconhecido até ao ponto que seja provável que irão fluir benefícios económicos para a CPC e desde que o rendimento possa ser mensurado com fiabilidade. O reconhecimento de rendimentos obedece, ainda, aos seguintes critérios:

i. Juros, rendimentos e gastos equiparados

Para todos os instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado e juros relacionados com instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, os gastos e rendimentos de juros são registados à taxa de juro efectiva a qual representa a taxa que desconta os futuros pagamentos estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou período mais curto, se apropriado, para a quantia escriturada do activo ou passivo financeiro.

Uma vez que o activo financeiro ou grupo de activos financeiros tenha sido reduzido como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento do juro é daí em diante reconhecido usando a taxa de juro usada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de quantificação da perda por imparidade.

ii. Rendimentos de taxas e comissões

A CPC obtém taxas e comissões de diversos serviços financeiros prestados aos seus clientes. Tais rendimentos podem ser divididos nas seguintes categorias:

Receitas obtidas por serviços prestados durante um determinado período de tempo

Os rendimentos obtidos por serviços prestados durante um determinado período de tempo, onde se incluem comissões, são especializados e reconhecidos no período correspondente.

Receitas obtidas por serviços de intermediação

As comissões resultantes da negociação ou participação na negociação de uma transacção com um terceiro são reconhecidas aquando da finalização da transacção.

iii. Outros rendimentos operacionais

Engloba diversos rendimentos que são reconhecidos no momento em que o serviço ou o acto é realizado.

n) **Normas e interpretações emitidas mas não efectivas**

NIRF 3 – Concentrações de actividades empresariais e NIC 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

As Normas revistas foram emitidas em Janeiro de 2008 e tornam-se efectivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Julho de 2009. A IFRS 3 revista introduz alterações na contabilização de concentrações de actividades empresariais que ocorram após essa data que irão ter efeito na quantia do goodwill reconhecido, nos resultados relatados no período em que a aquisição ocorre, e nos resultados períodos futuros. A NIC 27 revista exige que uma alteração nos interesses de propriedade de uma subsidiária (em que não ocorra perda de controlo) seja contabilizada como uma transacção de capital. Desta forma, tais transacções não darão origem a goodwill, bem como a ganhos ou perdas. Adicionalmente, a Norma revista altera a forma como as perdas apresentadas por uma subsidiária devem ser contabilizadas bem como a forma de contabilização de perda de controlo. A CPC não participou em concentrações de actividades empresariais nem apresenta demonstrações financeiras consolidadas pelo que a entrada em vigor destas emendas não terá qualquer impacto ao nível das suas demonstrações financeiras.

NIC 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações à NIC 39 foram emitidas em Julho de 2008 e tornam-se efectivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Julho de 2009. Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os fluxos de caixa elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura. A CPC considera que as emendas à NIC 39 não terão impacto nas suas demonstrações financeiras dado que a CPC não realiza operações de cobertura.

Melhorias anuais às Normas Internacionais de Relato Financeiro

Em Abril de 2009, o IASB emitiu o segundo conjunto de alterações como parte do seu projecto anual de melhoramento das normas internacionais de relato financeiro. As alterações visam os detalhes necessários relativamente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de transacções comerciais e servem para a harmonização da terminologia. Com excepção dos casos específicos que ainda não foram ratificados pela União Europeia, as emendas tornam-se efectivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010. A CPC considera que as emendas não terão impacto material na apresentação das suas demonstrações financeiras.

NIRF 2 – Pagamento com base em acções

Em Junho de 2009, foram emitidas alterações a esta norma para clarificar a contabilização das transacções de pagamento com base em acções liquidadas em caixa dentro de um grupo. As emendas especificam como é que uma subsidiária dentro de um grupo contabiliza certos acordos de pagamento com base em acções nas suas demonstrações financeiras individuais, e também incorpora as regras anteriormente incluídas na IFRIC 8 e IFRIC 11. A norma revista, que ainda não foi ratificada pela União Europeia, torna-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010. A CPC considera que estas alterações não terão qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

NIC 32 – Instrumentos financeiros: apresentação

As alterações a esta norma foram emitidas em Outubro de 2009 e visam clarificar que os direitos de emissão, opções e futuros denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emissor e oferecidos numa base pro-rata a todos os detentores da mesma classe de Capitais Próprios, devem ser classificados como Capital Próprio. Até a data, tais direitos de emissão têm sido contabilizados como passivos. A alteração é apenas relativa a emissões de um número fixo de acções a um preço fixo de moeda estrangeira. A emenda torna-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010. As alterações à NIC 32 não terão impacto nas demonstrações financeiras dado que a CPC não emite tais instrumentos.

NIC 24 – Partes relacionadas

Em Novembro de 2009, o IASB emitiu a NIC 24 revista que simplifica os requisitos de reporte de entidades onde o Governo detém participações. De acordo com a norma revista, certo tipo de transacções com partes relacionadas que resultam de empresas privadas detidas pelo Governo, são isentos de requisitos de divulgações. Adicionalmente, a definição de partes relacionadas foi alterada em vários aspectos. A norma revista, que ainda não foi ratificada pela União Europeia, torna-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011. Considerando a natureza dos sócios da CPC, a norma revista não terá impacto na apresentação das demonstrações financeiras.

NIRF 9 – Instrumentos financeiros

Em Novembro de 2009, o IASB emitiu a NIRF 9 que trata da classificação e mensuração dos Activos financeiros. A publicação da NIRF 9 marca o culminar da primeira parte do projecto tripartido para rever completamente o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros. A nova norma define duas em vez de quatro categorias de mensuração para os Activos financeiros, com a classificação a ser baseada parcialmente no modelo de negócio da entidade e parcialmente nas características dos fluxos de caixa contratuais dos respectivos Activos financeiros. Um derivado embutido num produto estruturado não será mais avaliado para um possível tratamento contabilístico separado a menos que o contrato base em causa não seja um contrato não financeiro. Um contrato híbrido que inclui uma base financeira deve ser classificado e mensurado na sua globalidade. A NIRF 9, que ainda não foi ratificada pela União Europeia, torna-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. Dada a natureza dos instrumentos financeiros detidos, a CPC considera que a nova NIRF 9 não terá impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de um activo de benefícios definidos, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção

Em Novembro de 2009, foram emitidas alterações ao IFRIC 14, que interpreta a NIC 19 – Benefícios aos empregados. As alterações são aplicáveis quando uma entidade é sujeita a requisitos mínimos de plano definido de pensões. As alterações possibilitam que os pagamentos antecipados das respectivas contribuições sejam reconhecidos como um Activo. Estas alterações, que ainda não foram ratificadas pela União Europeia, tornam-se efectivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011. Considerando que a CPC não tem um fundo de pensões, o IFRIC 14 não terá impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuição em espécie aos accionistas

O IFRIC 17 foi emitido em Novembro de 2008 e torna-se eficaz para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Julho de 2009. Esta interpretação trata do reconhecimento e mensuração de passivos relacionados com dividendos em espécie. Ela clarifica quando uma obrigação para distribuir dividendos em espécie deve ser reconhecida, que esta obrigação deve ser mensurada ao justo valor e que a diferença entre os dividendos pagos e o valor contabilístico dos activos líquidos distribuídos deve ser reconhecida em ganhos ou perdas na data da distribuição. Considerando que a distribuição em espécie aos accionistas não é prática da CPC, esta norma não terá impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital próprio

A IFRIC 19 foi emitida em Novembro de 2009 e torna-se efectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Julho de 2010. Esta interpretação trata da contabilização por uma entidade quando as condições de um passivo financeiro são renegociadas e resultam na emissão de instrumentos de capital próprio, a favor do credor da entidade, para extinguir parcial ou totalmente o passivo financeiro. Esta interpretação ainda não foi ratificada pela União Europeia. Dada a natureza dos passivos financeiros detidos, a CPC considera que a IFRIC 19 não terá impacto nas suas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

O saldo desta rubrica apresenta-se decomposto como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa:		
- Em Meticals	5.232.256	16.135.132
- Em divisas	6.182.296	5.468.568
	<u>11.414.552</u>	<u>21.603.700</u>
Depósitos à ordem no Banco de Moçambique:		
- Em Meticals	37.803.226	55.218.284
- Em divisas	8.946.094	6.693.812
	<u>46.749.320</u>	<u>61.912.096</u>
	<u>58.163.872</u>	<u>83.515.796</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Moçambique em moeda nacional visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas obrigatórias. O regime em vigor, à data de 31 de Dezembro de 2009, previsto no Aviso n.º 06/GBM/2009 de 03 de Agosto do Banco de Moçambique, determina a manutenção de depósitos em moeda nacional cujo saldo diário correspondesse a pelo menos 8% do saldo médio no fim de cada período de apuramento. Estes depósitos obrigatórios não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo desta rubrica apresenta-se decomposto como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos à ordem no país - Moeda nacional	24.945	25.005
	<u>24.945</u>	<u>25.005</u>

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Aplicações de Permuta de Liquidez	89.000.000	74.000.000
Facilidade Permanente de Deposito	-	42.000.000
Juros a receber	-	57.503
	<u>89.000.000</u>	<u>116.057.503</u>

O saldo da rubrica Aplicações de Permuta de Liquidez diz respeito a duas permutas, realizadas no dia 31 de Dezembro de 2009 junto de outras instituições de crédito através do mercado monetário interbancário e vencem a 4 de Janeiro de 2010, sendo remuneradas a taxa de juro de 7,95%.

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica Facilidade Permanente de Deposito referia-se a uma aplicação de curto prazo junto do Banco de Moçambique, por um período de 5 dias, remunerados a uma taxa de juros de 10,25%.

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

A rubrica de crédito sobre clientes apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2009:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Empréstimos	341.237.705	314.452.948
Descobertos bancários	390.435	3.405.218
Facilidade mensal de liquidez	7.304.250	6.214.150
	<u>348.932.390</u>	<u>324.072.316</u>
Juros a receber (Empréstimos)	2.195.193	2.033.033
Juros a receber (Facilidade mensal de liquidez)	365.213	372.849
	<u>351.492.796</u>	<u>326.478.198</u>
Imparidade do crédito	(2.235.940)	(1.832.778)
	<u>349.256.856</u>	<u>324.645.420</u>

O movimento da imparidade do crédito no decorrer do exercício foi o seguinte:

	2009	2008
Saldo em 01 Janeiro	1.832.778	1.122.138
Reforço	403.162	710.640
Saldo em 31 de Dezembro	<u>2.235.940</u>	<u>1.832.778</u>

A imparidade de crédito é composta por:

	2009	2008
Imparidade individual	525.270	421.525
Imparidade colectiva	1.710.670	1.411.253
	<u>2.235.940</u>	<u>1.832.778</u>

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

O saldo desta rubrica encontra-se decomposto como segue:

	2009	2008
Bilhetes do tesouro	138.821.000	157.198.000
Obrigações emitidas por empresas		
<i>Moçambique Celular – 2005</i>	1.354.132	4.270.724
Obrigações do governo		
<i>Tesouro – 2004</i>	-	520.380
<i>Tesouro 2005/ I Série</i>	22.909.967	37.300.367
	<u>163.085.099</u>	<u>199.289.471</u>
Receitas com rendimentos diferidos	(7.321.727)	(1.388.265)
Juros a receber	84.056	212.513
	<u>155.847.428</u>	<u>198.113.719</u>

A CPC classifica os títulos acima indicados como activos financeiros detidos até à maturidade dado considerar que possuem as características necessárias para tal classificação. Adicionalmente, a CPC tenciona deter os títulos identificados até à maturidade e considera ter condições financeiras que lhe permitam atingir o referido objectivo.

Bilhetes do tesouro

Os Bilhetes de Tesouro foram adquiridos através de leilões de obtenção de liquidez do Banco de Moçambique e apresentam maturidades compreendidas entre os 91 e 364 dias. Estes activos financeiros são remunerados a taxas juro compreendidas entre 9,50% e 12,14%.

Obrigações Moçambique Celular

O valor apresentado representa 130.205 obrigações emitidas pela empresa Moçambique Celular, S.A.R.L em 15 de Dezembro de 2005, com um valor nominal de 10,40 Meticais. Estas obrigações são remuneradas a uma taxa variável correspondente a taxa de juro das últimas 6 emissões de Bilhetes de Tesouro mais um *spread* de 0.125%. Esta taxa é determinada até ao segundo dia útil a data de início do novo período de contagem de juro. As obrigações são reembolsadas em prestações trimestrais sendo 15 de Junho de 2010 a data de pagamento do último cupão. No decurso de 2009, os reembolsos de capital totalizaram 2.916.592 Meticais.

Obrigações do Governo

Tesouro – 2005 / I Série – representam 254.725 obrigações, com um valor nominal de 89.94 Meticais cada e a data do pagamento do último cupão é 21 de Junho de 2010. No decurso do corrente ano, a CPC vendeu uma parte das obrigações (160.000) pelo seu valor nominal, pelo que não foi registada qualquer mais/menos valia nesta transacção.

8. ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante o exercício:

	<u>Equipamento informático</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros activos tangíveis</u>	<u>Total</u>
2009				
Custo:				
1 de Janeiro de 2009	15.447.395	1.802.067	6.479.106	23.728.568
Aquisições	108.566	-	-	108.566
Abate/Transferências	-	(1.239.944)	-	(1.239.944)
31 de Dezembro de 2009	<u>15.555.961</u>	<u>562.123</u>	<u>6.479.106</u>	<u>22.597.190</u>
Depreciação acumulada:				
1 de Janeiro de 2009	12.934.634	675.768	1.566.639	15.177.041
Depreciação do exercício	1.973.771	192.195	648.110	2.814.076
Abate/Transferências	-	(517.029)	-	(517.029)
31 de Dezembro de 2009	<u>14.908.405</u>	<u>350.934</u>	<u>2.214.749</u>	<u>17.474.088</u>
Quantia escriturada:				
1 de Janeiro de 2009	2.512.761	1.126.299	4.912.467	8.551.527
31 de Dezembro de 2009	<u>647.556</u>	<u>211.189</u>	<u>4.264.357</u>	<u>5.123.102</u>
2008				
Custo:				
1 de Janeiro de 2008	15.447.395	1.802.067	6.239.334	23.488.796
Aquisições	-	-	129.629	129.629
Transferências	-	-	110.143	110.143
31 de Dezembro de 2008	<u>15.447.395</u>	<u>1.802.067</u>	<u>6.479.106</u>	<u>23.728.568</u>
Depreciação acumulada:				
1 de Janeiro de 2008	10.665.885	225.258	805.783	11.696.926
Depreciação do exercício	2.268.749	450.510	650.705	3.369.964
Transferências	-	-	110.151	110.151
31 de Dezembro de 2008	<u>12.934.634</u>	<u>675.768</u>	<u>1.566.639</u>	<u>15.177.041</u>
Quantia escriturada:				
1 de Janeiro de 2008	4.781.510	1.576.809	5.433.551	11.791.870
31 de Dezembro de 2008	<u>2.512.761</u>	<u>1.126.299</u>	<u>4.912.467</u>	<u>8.551.527</u>

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009	2008
Custo		
Em 1 de Janeiro	9.387.978	8.050.448
Adições	7.045.947	1.447.673
Regularizações e transferências	-	(110.143)
	<u>16.433.925</u>	<u>9.387.978</u>
Amortizações		
Em 1 de Janeiro	5.995.907	3.402.856
Adições	3.267.352	2.703.202
Regularizações e transferências	-	(110.151)
	<u>9.263.259</u>	<u>5.995.907</u>
Quantia escriturada	<u>7.170.666</u>	<u>3.392.071</u>

10. OUTROS ACTIVOS

O saldo desta rubrica apresenta-se decomposto como segue:

	2009	2008
Rendimentos a receber	786.416	2.269.582
Economato	1.346.659	1.202.345
Despesas com custo diferido	1.407.139	665.560
Outros	69.255	18.920
	<u>3.609.469</u>	<u>4.156.407</u>

O saldo da rubrica Rendimentos a receber refere-se à comissão de 1% sobre os salários pagos aos trabalhadores do Banco de Moçambique no mês de Dezembro cuja cobrança ocorreu em Janeiro de 2010.

11. DEPÓSITOS E CONTAS CORRENTES

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2009:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos à ordem:		
- Em moeda nacional	152.104.565	151.537.840
- Em moeda estrangeira	14.925.554	11.992.543
	<u>167.030.119</u>	<u>163.530.383</u>
Depósitos a prazo:		
Moeda nacional	304.789.500	184.540.500
Juros a pagar	15.031.323	8.115.368
Depósitos a prazo ao custo amortizado	<u>319.820.823</u>	<u>192.655.868</u>
	<u>486.850.942</u>	<u>356.186.251</u>

A análise dos Depósitos e contas correntes baseada no período que medeia o final do ano e o vencimento contratual apresenta-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até 3 meses	305.861.442	335.238.846
De 4 a 6 meses	19.064.000	14.359.131
De 7 a 12 meses	161.925.500	6.588.274
	<u>486.850.942</u>	<u>356.186.251</u>

12. CREDORES POR RECURSOS CONSIGNADOS

O saldo desta rubrica engloba:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fundo de Pensões	-	200.200.000
	-	<u>200.200.000</u>
Juros a pagar	-	28.738.299
	-	<u>228.938.299</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica de Fundo de Pensões referia-se ao valor das responsabilidades que a CPC detinha com o Fundo de pensões dos trabalhadores do Banco de Moçambique. A referida responsabilidade decorria dos recursos recebidos desta instituição para posterior aplicação por parte da CPC e foi integralmente liquidada em 2009.

13. OUTROS PASSIVOS

O saldo desta rubrica apresenta-se decomposto como segue:

	2009	2008
Acréscimos de custos	2.606.701	1.793.459
Credores accionistas	-	23.568.800
Outros custos a pagar	22.398.851	475.322
	<u>25.005.552</u>	<u>25.837.581</u>

Os acréscimos de custos incluem:

	2009	2008 Reexpresso
Seguros	1.284.191	538.681
Prémio de produtividade (nota 2.3)	1.300.275	812.594
Outros	22.235	442.184
	<u>2.606.701</u>	<u>1.793.459</u>

O saldo da rubrica Credores accionistas a 31 de Dezembro de 2008, referia-se ao valor respeitante a contribuições dos sócios da CPC para o aumento do Capital Social que até essa data aguardava pela aprovação por parte do Banco de Moçambique, tendo sido realizado já em 2009. Refira-se que as acções foram emitidas por um valor nominal (170 Meticais / acção) acima do par tendo resultado num prémio de emissão no montante de 9.703.750 Meticais. Do valor subscrito foram devolvidos 17.000 Meticais aos accionistas.

A rubrica de Outros custos a pagar inclui:

	2009	2008
Compensação de valores	20.954.461	46.719
Exigibilidades diversas	1.444.390	428.603
	<u>22.398.851</u>	<u>475.322</u>

O saldo apresentado na rubrica Compensação de valores representa a posição líquida entre os cheques a receber e as transferências ordenadas por clientes da CPC a favor dos clientes de outras instituições de crédito.

14. IMPOSTOS

14.1 Prejuízos fiscais

A CPC estima prejuízos fiscais de 132.736.953 Meticais (2008: 156.574.355 Meticais) que estão disponíveis para serem utilizados para cobrir lucros fiscais futuros por um período de cinco anos.

Reconciliação dos prejuízos fiscais estimados:

	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	156.574.355	174.735.138
Resultado fiscal apurado no exercício	(23.837.402)	(18.160.783)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>132.736.953</u>	<u>156.574.355</u>

Nos termos da legislação fiscal, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2003, os prejuízos acumulados até à data de 31 de Dezembro de 2002 estão sujeitos a uma restrição de utilização de três anos sendo que os prejuízos fiscais reportados a partir do exercício de 2003 estão sujeitos a uma restrição de utilização de cinco anos. Assim, os prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2009, podem ser utilizados até aos períodos abaixo mencionados:

Ano de origem	Ano em que expira o direito	Valor
2006	2011	57.190.327
2007	2012	75.546.626
		<u>132.736.953</u>

O resultado fiscal do exercício foi apurado da seguinte forma:

	2009	2008
Lucro antes do imposto	23.498.843	16.482.622
Aumentos:		
Reintegrações e amortizações não aceites fiscalmente	18.346	109.986
Despesas de representação	277.793	235.265
Encargos com viaturas ligeiras de passageiro	16.678	17.807
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	1.300.039
Outros	25.742	15.064
	<u>23.837.402</u>	<u>18.160.783</u>
Deduções	-	-
Lucro / (prejuízo) fiscal	<u>23.837.402</u>	<u>18.160.783</u>

Apesar de a CPC ter apurado um lucro fiscal para o exercício económico de 2009 no montante de 23.837.402 Meticais, não foi reconhecida nenhuma provisão para o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas em virtude de este lucro ter sido coberto por prejuízos acumulados que até ao exercício anterior totalizavam 156.574.355 Meticais. Após a utilização dos prejuízos acumulados para cobrir o lucro tributável do exercício de 2009, o montante que poderá ser utilizado para os períodos seguintes passa a ser de 132.736.953 Meticais.

Os impostos diferidos activos que teriam sido reconhecidos nas demonstrações financeiras caso a CPC tivesse conforto substancial de que será provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos seriam de 42.475.825 Meticais (2008: 50.103.794 Meticais). Os impostos diferidos aqui referidos, foram calculados com base na taxa fiscal decretada para o período em que se prevê que seria realizado o respectivo activo.

14.2 Reconciliação do gasto de imposto a taxa efectiva

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro antes de imposto	23.498.843	15.670.028
Imposto a taxa normal de 32%	7.519.630	5.014.409
Gastos não aceites fiscalmente	108.339	537.012
	<u>7.627.969</u>	<u>5.551.421</u>
Utilização de prejuízos fiscais	(7.627.969)	(5.551.421)
Gasto de imposto	<u>-</u>	<u>-</u>

O gasto de imposto corresponde ao montante que seria reconhecido na demonstração de resultados caso a CPC não tivesse prejuízos fiscais acumulados para fazer face ao rendimento tributável. Assim, face às correcções fiscais, o gasto de imposto efectivo corresponderia a uma taxa de 32.5% (2008: 35.4%).

14.3 Impostos a recuperar

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
IRPC – Retenção na fonte	22.738.577	17.089.025
Pagamento especial por conta	20.000	20.000
	<u>22.758.577</u>	<u>17.109.025</u>

O saldo da rubrica IRPC – Retenção na fonte respeita aos valores retidos na fonte os quais resultam da legislação em vigor segundo a qual os rendimentos resultantes de aplicações em instrumentos de dívida pública e privada nomeadamente em sede de Bilhetes de tesouro e Obrigações emitidas pelo governo e por empresas privadas passam a estar sujeitos a um imposto pago antecipadamente em regime de retenção na fonte sendo 20% para os rendimentos de Bilhetes de tesouro e 10% para os de Obrigações cotadas na bolsa de valores. O saldo em referência inclui valores relacionados com Bilhetes de tesouro (18.633.936 Meticais), títulos com acordo de revenda – Repo's (3.287.229 Meticais) e Obrigações (817.412 Meticais).

14.4 Outros assuntos relacionados com impostos

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CPC por um período de dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, eventuais correcções de natureza tributária emergentes das normas de incidência previstas no Código do Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, Regulamento do Imposto do Selo, Código do Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e de Segurança Social. Contudo, o Conselho de Administração da CPC considera que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes dessas revisões, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

15. CAPITAL SOCIAL

O capital social da **CPC** encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por novecentos e sete mil novecentos e oitenta e três acções de valor nominal de 100 Meticais cada.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo em 1 de Janeiro	77.128.400	74.009.100
Aumento de capital pela contribuição dos sócios (nota 13)	13.865.050	-
Diminuição do capital pela saída de sócios (nota 13)	(11.050)	-
Incorporação de resultados do exercício anterior	-	3.169.600
Admissão de novos sócios	300	9.800
Saída de sócios	(184.400)	(60.100)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>90.798.300</u>	<u>77.128.400</u>

16. PRÉMIO DE EMISSÃO

O saldo da conta Prémio de Emissão decompõem-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Prémio de emissão pela contribuição dos sócios (nota 13)	9.703.750	-
Diminuição pela saída da contribuição dos sócios (Nota 13)	(5.950)	-
Admissão de novos sócios	140	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>9.697.940</u>	<u>-</u>

17. RESERVAS

O movimento ocorrido nesta rubrica apresenta-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Reserva legal		
Saldo em 1 de Janeiro	33.362.819	27.027.362
Incorporação de resultados do exercício anterior	3.296.524	6.335.457
Saldo em 31 de Dezembro	<u>36.659.343</u>	<u>33.362.819</u>
Outras reservas		
Saldo em 1 de Janeiro	18.443.095	18.631.988
Aumento das jóias	900	38.400
Ajustamento da imparidade de crédito	-	(227.293)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>18.443.995</u>	<u>18.443.095</u>
	<u>55.103.338</u>	<u>51.805.914</u>

A rubrica de Outras reservas decompõe-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fundo de estabilização de dividendos	5.426.946	5.426.946
Fundo de investimento	7.327.011	7.327.011
Reservas diversas	1.194.380	1.194.380
Jóias	528.600	527.700
Ajustamento da imparidade de crédito	3.967.058	3.967.058
	<u>18.443.995</u>	<u>18.443.095</u>

Em Assembleia Geral realizada em 18 de Abril de 2009, os sócios deliberaram a favor da seguinte aplicação do resultado de 2008: Reserva legal (3.296.524 Meticais) e Dividendos (12.373.504 Meticais).

A reserva para o fundo de estabilização de dividendos foi constituída para cobrir eventuais quedas no resultado de exercício e assegurar que os dividendos sejam pagos independentemente do fraco desempenho num determinado exercício.

Os saldos relevados nas rubricas de reservas para investimentos e reservas diversas respeitam a reservas livres constituídas para futuras aplicações não definidas até a data.

O valor registado em jóias corresponde às contribuições, não reembolsáveis, exigidas a cada membro da cooperativa, no acto da sua admissão.

O saldo relevado em ajustamento da imparidade de crédito representa o excesso da imparidade requerida nos termos do aviso 7/GM/2007 de 30 de Março sobre a resultante da aplicação do modelo de imparidade desenvolvido pela CPC nos termos da NIC 39, em referência ao período comparativo das primeiras demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

18. JUROS E RENDIMENTOS EQUIPARADOS

O saldo desta rubrica apresenta-se decomposto como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros de aplicações em instituições de crédito	6.779.928	25.186.687
Juros de crédito sobre clientes:		
<i>Empréstimos</i>	57.901.896	52.248.683
<i>Descobertos bancários</i>	330.043	635.554
<i>Facilidade mensal de liquidez</i>	6.107.925	6.648.614
Juros de activos financeiros detidos até a maturidade:		
<i>Bilhetes do tesouro</i>	20.802.404	52.462.113
<i>Obrigações</i>	4.550.494	7.040.249
	<u>96.472.690</u>	<u>144.221.900</u>

19. JUROS E GASTOS EQUIPARADOS

O saldo desta rubrica encontra-se decomposto como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros de depósitos a prazo	49.007.711	15.348.963
Juros de recursos consignados	1.149.532	87.144.962
Outros	54.910	86.960
	<u>50.212.153</u>	<u>102.580.885</u>

A rubrica Juros de recursos consignados corresponde ao custo resultante da utilização de recursos alheios dos quais se destaca os provenientes dos valores recebidos do Fundo de pensões do Banco de Moçambique. Os referidos valores foram utilizados na concessão de créditos e na aquisição de instrumentos de dívida pública.

20. RENDIMENTOS DE TAXAS E COMISSÕES

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2009:

	2009	2008
<i>Rendimentos de taxas e comissões</i>		
Comissão de gestão de fundo de pensões	-	236.205
Comissão de gestão de Outros recursos	-	171.115
Comissão de gestão Fundo Salário do BM	8.926.668	8.672.733
Comissão de emissão de cartões/cheques	728.146	540.860
Comissão de guarda de valores (nota 26)	5.314.446	-
Comissão de preparo do crédito	153.000	-
	<u>15.122.260</u>	<u>9.620.913</u>
<i>Gastos com taxas e comissões</i>		
Comissões	(173.780)	(162.097)
Outros	(6.944)	-
	<u>(180.724)</u>	<u>(162.097)</u>
	<u>14.941.536</u>	<u>9.458.816</u>

21. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

	2009	2008
Transferência de valores	299.173	152.581
Outros serviços prestados	842.341	249.951
	<u>1.141.514</u>	<u>402.532</u>

22. GASTOS COM O PESSOAL

O saldo desta rubrica apresenta-se decomposto como segue:

	2009	2008
Remuneração dos órgãos sociais	2.738.242	4.137.773
Remuneração aos empregados	9.225.371	7.021.441
Prémio de produtividade (nota 2.3)	1.300.775	812.594
Encargos Sociais obrigatórios	254.922	168.487
Encargos Sociais facultativos	282.224	166.582
Outros encargos com o pessoal	829.346	63.193
	<u>14.630.880</u>	<u>12.370.070</u>

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Água, electricidade e combustíveis	14.701	15.540
Impressos e material de consumo corrente	716.706	677.921
Rendas e alugueres	2.166.420	2.166.420
Comunicações e despesas de expediente	3.649.413	3.418.217
Deslocações, estadias e despesas de representação	604.984	473.260
Publicidade e edições de publicações	237.041	46.340
Custos com trabalho independente	442.147	761.200
Conservação e reparação	73.767	125.627
Outros fornecimentos e serviços	9.838.821	7.637.521
	<u>17.744.000</u>	<u>15.322.046</u>

24. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica de Outros gastos operacionais tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Multas relativas a imposto de selo	-	1.293.638
Outros	62	6.401
	<u>62</u>	<u>1.300.039</u>

25. CONTINGÊNCIAS

A cooperativa não detém qualquer contingência em referência ao período findo em 31 de Dezembro de 2009 incluindo os seus comparativos.

26. COMPROMISSOS

Compromissos associados a locações

Locações operacionais – Banco como locatário

A CPC realizou contratos de locação operacional de imóveis nos quais assume o papel de locatário. Os futuros pagamentos mínimos de locação referentes a locações operacionais em 31 de Dezembro de 2009 apresentam-se como se segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até um ano	2.166.420	2.166.420
Entre um e cinco anos	8.665.680	8.665.680
Mais de cinco anos	-	-
	<u>10.832.100</u>	<u>10.832.100</u>

No âmbito da sua actividade, A CPC participou como intermediário financeiro na aquisição de vários instrumentos de dívida pública e privada nomeadamente relacionados com obrigações de tesouro e obrigações emitidas por empresas. Pela prestação de serviços de intermediação financeira, a CPC acordou com os clientes que subscreveram os referidos títulos, que a partir de 2009 passa a cobrar uma comissão anual que varia entre 0.25% e 0.30% sobre a carteira sob custódia da CPC. Durante o exercício, a comissão cobrada foi no montante de 5.314.446 Meticais (nota 20).

A tabela abaixo resume os compromissos assumidos em referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<i>Dívida Privada</i>		
Moçambique Celular – 2005	1.016.548	3.206.036
Moçambique Celular – 2008 – II série	113.500	113.500
Emose – 2006	-	87.500.000
	<u>1.130.048</u>	<u>90.819.536</u>
<i>Dívida Pública</i>		
Obrigações de Tesouro – 2004	-	10.857.629
Obrigações de Tesouro – 2005 – I série	37.300.367	37.300.367
Obrigações de Tesouro – 2005 – III série	393.362.102	393.362.102
Obrigações de tesouro – 2005 – II série	1.500.000.000	1.500.000.000
	<u>1.930.662.469</u>	<u>1.941.520.098</u>
Acções da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos	619.788	-
	<u>1.932.412.305</u>	<u>2.032.339.634</u>

27. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com partes relacionadas referem-se integralmente aos sócios da Cooperativa e são analisados como segue:

	2009	2008
Saldos reflectidos no balanço:		
<i>Activos</i>		
Empréstimos	341.237.705	314 452 948
Descobertos bancários	455.435	120.363
Facilidade mensal de liquidez	7.239.250	6 214 150
	<u>348.932.390</u>	<u>320.787.461</u>
<i>Passivos</i>		
Depósitos à ordem	85.733.748	77.910.713
Depósitos à prazo	76.639.500	57.955.887
	<u>162.373.248</u>	<u>135.866.600</u>
Transacções durante o exercício:		
Juros recebidos	64.339.864	59 532 851
Juros pagos	(9.452.140)	(8.648.982)
Remuneração do pessoal chave	(2.738.242)	(4.137.773)
	<u>52.149.482</u>	<u>46.746.096</u>

28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço e até à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não ocorreram quaisquer acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis.

29. CAIXA E FUNDOS DE CURTO PRAZO NO FIM DO PERÍODO

A decomposição do caixa e fundos de curto prazo no final do exercício era a seguinte:

	2009	2008
Caixa (Nota 3)	11.414.552	21.603.700
Depósitos à ordem no Banco de Moçambique (Nota 3)	46.749.320	61.912.096
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)	24.945	25.005
Aplicações em instituições de crédito (Nota 5)	89.000.000	116.057.503
	<u>147.188.817</u>	<u>199.598.304</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1 Classificação dos instrumentos financeiros

	Empréstimos e contas a receber	Detidos até à maturidade	Activos não financeiros	Total
Activos financeiros				
2009				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	58.163.872	-	-	58.163.872
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	24.945	-	-	24.945
Aplicações em instituições de crédito	89.000.000	-	-	89.000.000
Créditos sobre clientes	349.256.856	-	-	349.256.856
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	155.847.428	-	155.847.428
Imposto a recuperar	-	-	22.758.577	22.758.577
Activos tangíveis	-	-	5.123.102	5.123.102
Activos intangíveis	-	-	7.170.666	7.170.666
Outros activos	855.671	-	2.753.798	3.609.469
	<u>497.301.344</u>	<u>155.847.428</u>	<u>37.806.143</u>	<u>690.954.915</u>
2008				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	83.515.796	-	-	83.515.796
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	25.005	-	-	25.005
Aplicações em instituições de crédito	116.057.503	-	-	116.057.503
Créditos sobre clientes	324.645.420	-	-	324.645.420
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	198.113.719	-	198.113.719
Imposto a recuperar	-	-	17.109.025	17.109.025
Activos tangíveis	-	-	8.551.527	8.551.527
Activos intangíveis	-	-	3.392.071	3.392.071
Outros activos	2.288.502	-	1.867.905	4.156.407
	<u>526.532.226</u>	<u>198.113.719</u>	<u>30.920.528</u>	<u>755.566.473</u>
			Passivos não financeiros	Total
			Passivos financeiros ao custo amortizado	
Passivos financeiros				
2009				
Depósitos e contas correntes	486.850.942	-	-	486.850.942
Outros passivos	-	25.005.552	-	25.005.552
	<u>486.850.942</u>	<u>25.005.552</u>	<u>-</u>	<u>511.856.494</u>
2008				
Depósitos e contas correntes	356.186.251	-	-	356.186.251
Recursos consignados	228.938.299	-	-	228.938.299
Outros passivos	-	25.024.987	-	25.024.987
	<u>585.124.550</u>	<u>25.024.987</u>	<u>-</u>	<u>610.149.537</u>

30.2 Justo valor dos instrumentos financeiros

A tabela abaixo, ilustra a comparação entre o valor contabilístico dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras e o respectivo justo valor:

	2009			2008		
	Valor contabilístico	Justo valor	Ganhos / (perdas) não reconhecidas	Valor contabilístico	Justo valor	Ganhos / (perdas) não reconhecidas
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	58.163.872	58.163.872	-	83.515.796	83.515.796	-
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	24.945	24.945	-	25.005	25.005	-
Aplicações em instituições de crédito	89.000.000	89.000.000	-	116.057.503	116.057.503	-
Créditos sobre clientes	349.256.856	350.370.627	1.113.771	324.645.420	324.778.715	133.295
Activos financeiros detidos até à maturidade	155.847.428	155.847.428	-	198.113.719	198.113.719	-
Outros activos	855.671	855.671	-	2.288.502	2.288.502	-
Passivos financeiros						
Depósitos e contas correntes	486.850.942	482.451.956	(4.398.986)	356.186.251	355.378.747	(807.504)
Recursos consignados	-	-	-	228.938.299	228.938.299	-
Perdas líquidas não reconhecidas			<u>(3.285.215)</u>			<u>(674.209)</u>

A informação abaixo descreve a metodologia e pressupostos usados na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Instrumentos financeiros para os quais o justo valor se aproxima ao valor contabilístico

Para os activos financeiros e passivos financeiros altamente líquidos ou com curta maturidade (menos de três meses), a administração assume que o seu justo valor se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras à data do balanço.

Instrumentos financeiros com taxa de juro fixa

O justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e contratados a taxas fixas é estimado comparando as taxas do mercado praticadas pela CPC no momento do reconhecimento inicial com as taxas correntes que a CPC pratica nos contratos celebrados para instrumentos financeiros semelhantes. Assim, o justo valor estimado para os créditos sobre clientes e depósitos e contas correntes foi determinado com base nos fluxos de caixa descontados a taxas correntes para os instrumentos financeiros de risco e maturidades semelhantes.

Relativamente aos créditos concedidos aos seus trabalhadores, a CPC pratica taxas bonificadas. De acordo com a tabela de preços correntes, a taxa bonificada é de 10% o que representa um aumento de 100% em relação as taxas contratadas para os créditos concedidos antes da última revisão de preços e consequentemente uma perda não reconhecida se for tomado em consideração o seu respectivo justo valor. Entretanto, as taxas comerciais actualmente praticadas as quais variam em função da finalidade do crédito, decresceram em relação as taxas contratadas no momento da concessão de crédito representando ganhos não reconhecidos se for tomado em consideração o seu respectivo justo valor.

31. GESTÃO DO RISCO

31.1 Introdução

O risco é inerente à actividade da CPC e é gerido através de um processo contínuo de identificação, mensuração e monitorização estando sujeito a limites e diversos controlos. O processo de gestão de risco é crítico na garantia da rentabilidade contínua estando cada colaborador consciente da exposição ao risco relacionada com as suas responsabilidades. A CPC encontra-se exposta ao risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, encontrando-se ainda exposto a riscos operacionais.

O processo de controlo de risco não inclui riscos de negócio como seja a exposição a alterações do ambiente económico, tecnológicas ou industriais.

A gestão do risco é realizada na CPC de forma centralizada e abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos pela Instituição, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de risco.

31.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da CPC numa perda pelo facto das contrapartes não cumprirem com as suas obrigações de crédito para com a instituição. A CPC gere e controla o risco de crédito fixando limites aos montantes de risco que está disposto a aceitar para contrapartes individuais e monitorizando a exposição em relação a esses limites.

A CPC tem definido processos de revisão da qualidade dos créditos de forma a identificar atempadamente alterações na solvabilidade das contrapartes. O referido processo permite a CPC avaliar as perdas potenciais em resultado dos riscos a que se encontra exposto e tomar acções.

Considerando a natureza dos mutuários, as colaterais subjacentes e o processo definido para os reembolsos de créditos, pode afirma-se que o risco de crédito que a CPC está exposta, é manifestamente reduzido porquanto:

- i. Os mutuários são os próprios sócios da CPC e cerca de 95% têm as suas remunerações consignadas na Cooperativa. Relativamente aos sócios que trabalham nas outras instituições de crédito, a concessão de crédito é feita mediante garantia pessoal constituída por um aval de um trabalhador do Banco de Moçambique que tem a sua remuneração consignada na CPC pois o contrato de mútuo estabelece que em caso de incumprimento por parte do mutuário, a prestação é debitada, cinco dias depois, na conta do avalista mesmo quando desprovida de recursos pois no mês seguinte a conta ficará regularizada quando for creditado o salário. Refira-se que os salários dos trabalhadores do Banco de Moçambique são creditados nas contas abertas na Cooperativa o que reduz o risco de existirem prestações vencidas e não pagas uma vez que o pagamento de salários é gerido pela CPC.
- ii. A CPC subscreveu um seguro de crédito junto de uma empresa seguradora segundo o qual o risco de incobrabilidade dos créditos concedidos foi substancialmente transferido para a referida seguradora, para os casos de morte ou invalidez.

- iii. Caso o Mutuário deixe de ser sócio da CPC, por qualquer das razões previstas nos estatutos ou deixe de pagar pontualmente qualquer das prestações acordadas, tanto de capital como de juros, tal circunstância implicará o imediato vencimento de toda dívida. As partes ora contratantes, procurarão resolver todos os eventuais litígios decorrentes deste contrato de forma amigável, e só recorrerão a instâncias judiciais competentes no malogro da via amigável de resolução, designando como competente, nessa eventualidade, o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, com expressa renúncia de qualquer outro.
- iv. A CPC tem definido processos de revisão da qualidade dos créditos de forma a identificar atempadamente alterações na liquidez dos mutuários bem como na monitorização do seu vínculo tanto em relação aos trabalhadores do Banco de Moçambique como das outras instituições de crédito. O referido processo permite à CPC avaliar as perdas potenciais em resultado dos riscos a que se encontra exposto e tomar acções.

Exposição máxima ao risco de crédito sem tomar em consideração quaisquer garantias

O quadro abaixo apresenta a exposição máxima ao risco de crédito em referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a qual corresponde aos valores brutos sem tomar em consideração os possíveis efeitos de quaisquer garantias colaterais:

	2009	2008
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46.749.320	61.912.096
Disponibilidades sobre instituições de crédito	24.945	25.005
Aplicações em instituições de crédito	89.000.000	116.057.503
Créditos sobre clientes	349.256.856	324.645.420
Activos financeiros detidos até à maturidade	155.847.428	198.113.719
Outros activos	855.671	2.288.502
Total dos activos sujeitos ao risco de crédito	<u>641.734.220</u>	<u>703.042.245</u>
Activos não sujeitos ao risco de crédito	<u>49.220.695</u>	<u>52.524.228</u>
Total de activos conforme o balanço	<u>690.954.915</u>	<u>755.566.473</u>

Garantias colaterais

Considerando a natureza dos beneficiários de crédito que são os próprios sócios da Cooperativa, a CPC definiu como colateral dos créditos concedidos:

- Tal como previsto nos estatutos da CPC, para os créditos concedidos a sócios - trabalhador de outras instituições de crédito, exige-se uma carta assinada pelo mutuário e avalizada por um trabalhador do Banco de Moçambique. Este tipo de garantia, ao contrário do que sucede tradicionalmente, tem a vantagem de a CPC ter a prerrogativa de debitar a conta do avalista em caso de incumprimento por parte do mutuário uma vez que o salário do avalista está consignado na CPC.
- Para a maioria dos créditos concedidos incluindo aos acima descritos, a CPC subscreveu um seguro de crédito junto de uma empresa seguradora segundo o qual o risco de incobrabilidade dos créditos concedidos foi substancialmente transferido para a referida seguradora, para os casos de morte ou invalidez.

Activos financeiros sujeitos ao risco de crédito

Para efeitos de divulgação da qualidade de crédito dos activos financeiros foram analisados da seguinte forma:

	Não vencido nem em imparidade		Vencido		Total
	Risco baixo	Risco médio	mas não em imparidade	Créditos em imparidade	
2009					
Disponibilidades em bancos centrais	46.749.320	-	-	-	46.749.320
Disponibilidades sobre instituições de crédito	24.945	-	-	-	24.945
Aplicações em instituições de crédito	89.000.000	-	-	-	89.000.000
Créditos sobre clientes	341.762.975	5.132.128	2.361.753	-	349.256.856
Activos financeiros detidos até à maturidade	155.847.428	-	-	-	155.847.428
Outros activos	855.671	-	-	-	855.671
Total	634.240.339	5.132.128	2.361.753	-	641.734.220

	Não vencido nem em imparidade		Vencido		Total
	Risco baixo	Risco médio	mas não em imparidade	Créditos em imparidade	
2008					
Disponibilidades em bancos centrais	61.912.096	-	-	-	61.912.096
Disponibilidades sobre instituições de crédito	25.005	-	-	-	25.005
Aplicações em instituições de crédito	116.057.503	-	-	-	116.057.503
Créditos sobre clientes	314.876.493	8.105.601	1.663.326	-	324.645.420
Activos financeiros detidos até à maturidade	198.113.719	-	-	-	198.113.719
Outros activos	2.288.502	-	-	-	2.288.502
Total	693.273.318	8.105.601	1.663.326	-	703.042.245

Avaliação de imparidade

As principais considerações da avaliação da imparidade do crédito a clientes estão associadas à avaliação de se as prestações se encontram vencidas ou se são conhecidas quaisquer dificuldades nos fluxos de caixa das contrapartes ou incumprimento dos termos originais do contrato. A CPC avalia a imparidade em duas áreas: avaliação individual e avaliação colectiva.

Avaliação individual

A CPC determina, numa base individual, a imparidade adequada a cada crédito individualmente significativo e outros que embora não sejam significativos apresentam provas objectivas de existência de imparidade. Para o efeito, a CPC toma em consideração a qualidade do crédito bem como outros factores relevantes que possam por em causa a cobrança das prestações vincendas bem como o valor realizável de garantias colaterais recebidas. As perdas por imparidade são reavaliadas a cada data de relato excepto se forem identificadas circunstâncias que requeiram especial atenção.

Imparidade colectiva

A CPC efectua a avaliação da imparidade colectiva para todos os créditos que não sejam individualmente significativos bem como para créditos significativos para os quais não existe prova objectiva de imparidade individual. A CPC avalia a imparidade colectiva a cada data de relato financeiro.

A imparidade colectiva toma em consideração a imparidade que é provável existir na carteira ainda que não tenha sido identificada qualquer evidência objectiva de imparidade na avaliação individual.

A antiguidade dos créditos vencidos mas não em imparidade resume-se como segue:

	Menos de 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	Total
2009	699.239	-	-	1.662.514	2.361.753
	699.239	-	-	1.662.514	2.361.753
2008	702.881	-	-	960.445	1.663.326
	702.881	-	-	960.445	1.663.326

A análise dos créditos em imparidade resume-se como segue:

	Valor contabilístico 2009	Imparidade identificada 2009	Valor contabilístico líquido 2009	Valor contabilístico 2008	Imparidade identificada 2008	Valor contabilístico líquido 2008
Outros	525.270	525.270	-	421.525	421.525	-
	525.270	525.370	-	421.525	421.525	-

31.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Cooperativa não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros.

A CPC procura manter uma carteira diversificada de activos que possam ser facilmente convertidos em meios de pagamento líquidos caso ocorra uma interrupção de fluxos de caixa não prevista. Adicionalmente, por força do normativo emitido pelo Banco de Moçambique nomeadamente o aviso número 6/GDM/2009, a CPC possui depósitos (reservas obrigatórias) junto do Banco de Moçambique de forma a fazer face ao risco em referência. As referidas reservas obrigatórias são constituídas em Meticals e correspondem a uma percentagem de 8% sobre os saldos médios dos passivos da conta 40 do plano de contas do sistema bancário, excluindo os depósitos de outras instituições de crédito que decorram de aplicações do Mercado Monetário Interbancário. A este respeito, existem dois períodos de apuramento (do dia 1 até 15 e de 16 até ao último dia de cada mês) e dois períodos de constituição (do dia 7 até 21 e 22 até 6 do mês seguinte) sendo que o primeiro período de apuramento corresponde ao segundo período de constituição e vice-versa.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e efluxos de caixa, bem como as respectivas insuficiências de liquidez.

Análise dos passivos financeiros por maturidade contratual

A maturidade contratual dos passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

Produto	À vista	Até 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Total
2009				
Recursos de clientes	167.030.119	138.831.323	180.989.500	486.850.942
Outros passivos	-	25.005.552	-	25.005.552
	167.030.119	163.836.875	180.989.500	511.856.494
2008				
Recursos de clientes	163.530.383	171.708.463	20.947.405	356.186.251
Recursos consignados	-	228.938.299	-	228.938.299
Outros passivos	-	1.456.187	23.568.800	25.024.987
	163.530.383	402.102.949	44.516.205	610.149.537

31.4 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros virem a flutuar devido a alterações em variáveis de mercado como a taxa de juro e taxa de câmbio.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro mede a volatilidade que pode afectar os fluxos de caixa futuros ou o justo valor dos instrumentos financeiros como resultado de variações nas taxas de juros.

Considerando que os activos e passivos financeiros mais significativos e com fluxos de caixa sujeitos ao risco de taxa de juros, foram contratados a taxas de juros fixa, a CPC não se encontra exposta a este risco caso se verifique variações de taxas de juro no mercado. Entretanto, o facto de as taxas contratadas serem fixas tem impacto ao nível do justo valor dos instrumentos financeiros com particular destaque para os contratados a médio e longo prazo conforme divulgado na nota 30.2.

Com o objectivo de assegurar que as taxas praticadas pela CPC se ajustam com as do mercado, o Conselho de Administração reúne-se periodicamente e com base nas consultas previamente feitas no mercado, delibera sobre a actualização da tabela de preço sendo o resultado comunicado a todos os trabalhadores envolvidos no processo através de ordens de serviço.

Risco cambial

O Risco Cambial é o risco de a posição financeira da CPC poder deteriorar-se devido às oscilações das taxas de câmbio. A CPC expõe-se aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio prevalectes sobre a sua posição financeira e sobre os fluxos de caixa. Considerando que as aplicações da CPC e os créditos concedidos são realizados em Meticais e ainda o facto de a não efectuar operações de compra e venda de moeda estrangeira, a sua exposição face a este risco avalia-se em mínimo. Entretanto, uma vez que a CPC possui activos e passivos expressos em moeda estrangeira, o seu resultado antes do imposto acresceria em cerca de 4.057 Meticais (2008: 3.300 Meticais) se as taxas de câmbio aumentassem em 2%.

A exposição da CPC ao risco cambial apresenta-se da seguinte forma:

2009

	MZN	USD	EUR	ZAR	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	43.035.482	13.073.539	138.443	1.916.408	58.163.872
Disponibilidades sobre instituições de crédito	24.945	-	-	-	24.945
Aplicações em instituições de crédito	89.000.000	-	-	-	89.000.000
Crédito a clientes	349.256.856	-	-	-	349.256.856
Activos financeiros detidos até à maturidade	155.847.428	-	-	-	155.847.428
Impostos a recuperar	22.758.577	-	-	-	22.758.577
Outros activos tangíveis	5.123.102	-	-	-	5.123.102
Activos intangíveis	7.170.666	-	-	-	7.170.666
Outros activos	3.609.469	-	-	-	3.609.469
Total do activo	675.826.525	13.073.539	138.443	1.916.408	690.954.915
Passivo					
Recursos de clientes	471.925.388	12.893.204	138.443	1.893.907	486.850.942
Recursos consignados	-	-	-	-	-
Outros passivos	25.005.552	-	-	-	25.005.552
Total do passivo	496.930.940	12.893.204	138.443	1.893.907	511.856.494
Capital social	90.798.300	-	-	-	90.798.300
Prémio de emissão	9.697.940	-	-	-	9.697.940
Reserva legal	36.659.343	-	-	-	36.659.343
Outras reservas	18.443.995	-	-	-	18.443.995
Resultado líquido do exercício	23.498.843	-	-	-	23.498.843
Total dos fundos próprios	179.098.421	-	-	-	179.098.421
Total passivo e fundos próprios	676.029.361	12.893.204	138.443	1.893.907	690.954.915
Exposição Líquida	(202.836)	180.335	-	22.501	-

2008

	MZN	USD	EUR	ZAR	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	71.353.416	10.361.822	107.819	1.692.739	83.515.796
Disponibilidades sobre instituições de crédito	25.005	-	-	-	25.005
Aplicações em instituições de crédito	116.057.503	-	-	-	116.057.503
Crédito a clientes	324.645.420	-	-	-	324.645.420
Activos financeiros detidos até à maturidade	198.113.719	-	-	-	198.113.719
Impostos a recuperar	17.109.025	-	-	-	17.109.025
Outros activos tangíveis	8.551.527	-	-	-	8.551.527
Activos intangíveis	3.392.071	-	-	-	3.392.071
Outros activos	4.156.407	-	-	-	4.156.407
Total do activo	743.404.093	10.361.822	107.819	1.692.739	755.566.473
Passivo					
Recursos de clientes	344.193.709	10.209.458	107.819	1.675.265	356.186.251
Recursos consignados	228.938.299	-	-	-	228.938.299
Outros passivos	25.024.987	-	-	-	25.024.987
Total do passivo	598.156.995	10.209.458	107.819	1.675.265	610.149.537
Capital social	77.128.400	-	-	-	77.128.400
Reserva legal	33.362.819	-	-	-	33.362.819
Outras reservas	18.443.095	-	-	-	18.443.095
Resultado líquido do exercício	16.482.622	-	-	-	16.482.622
Total dos fundos próprios	145.416.936	-	-	-	145.416.936
Total passivo e fundos próprios	743.573.931	10.209.458	107.819	1.675.265	755.566.473
Exposição Líquida	(169.838)	152.364	-	17.474	-

31.5 Gestão do capital

Os objectivos primários na gestão do capital visam assegurar que:

- A CPC cumpre com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Moçambique relativamente ao capital;
- A CPC mantém fortes índices de crédito e rácios de capital saudáveis que garantam a sustentabilidade e desenvolvimento do seu negócio; e
- A CPC tem capacidade para continuar a gerar lucros e maximizar o valor dos accionistas dentro do princípio da continuidade das operações

A CPC cumpre com as regras de estabelecidas pelo Banco de Moçambique e está sujeita a uma monitorização diária da sua posição cambial e monitorização mensal em relação ao rácio de solvabilidade e concentração de risco. O Banco de Moçambique exige que cada banco ou grupo de bancos mantenha um nível mínimo do rácio de solvabilidade de 8% dos seus activos sujeitos ao risco os quais são ponderados em função do risco associado a cada categoria de activos incluindo itens extrapatrimoniais.

A tabela abaixo sintetiza o cálculo do rácio de solvabilidade da CPC a 31 de Dezembro, de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Valores em milhares de meticals:

	2009	2008
Risco ponderado sobre os elementos do activo	382.249	383.348
Risco ponderado sobre os elementos extra patrimoniais	-	-
Total do risco ponderado	382.249	383.348
Capital próprio	139.166	119.546
Rácio de solvabilidade	36.41%	31.18%